



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL**

CRISTIANE DE OLIVEIRA ROSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE
DE TOCANTINÓPOLIS – TO E O ENFRENTAMENTO DAS
DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS.**

Tocantinópolis/TO

2022

CRISTIANE DE OLIVEIRA ROSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE
DE TOCANTINÓPOLIS – TO E O ENFRENTAMENTO DAS
DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS.**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Infantil (CEEI), ofertado pelo Campus de Tocantinópolis, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Tocantinópolis, para obtenção de título de especialista, sob orientação da Prof.^a: Dr. ° Joedson Brito Santos.

Tocantinópolis/TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- R788p Rosa, Cristiane de Oliveira.
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS – TO E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS. / Cristiane de Oliveira Rosa. – Tocantinópolis, TO, 2022.
32 f.
Artigo de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil, 2022.
Orientador: Joedson Brito dos Santos
1. Educação Infantil. 2. Desigualdade Social e Racial. 3. Políticas Públicas Educacionais. 4. Tocantinópolis. I. Título

CDD 370.10542

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTIANE DE OLIVEIRA ROSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE
DE TOCANTINÓPOLIS – TO E O ENFRENTAMENTO DAS
DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS.**

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de especialização em Educação Infantil para obtenção do título de especialista em Educação Infantil e foi aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

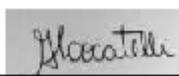
Orientador: Dr^o Joedson Brito dos Santos

Data de Aprovação 26/08/2022

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Joedson Brito dos Santos – Orientador, UFCG



Profa Dra. Arinalda Silva Locatelli - Examinadora, UFT

Tocantinópolis/TO, 2022

Dedicação:

Dedico este trabalho a todos as pessoas que fizeram e fazem parte da minha caminhada!

Agradecimentos:

Ao Professor Dr. Joedson Brito dos Santos, pela orientação segura e amizade dispensada.

A Professora Dra. Arinalda Silva Locatelli, pela forma que coordenou o curso e a primeira turma de Especialização em Educação Infantil, pela amizade também dispensada.

A todos os mestres e professores que fizeram parte da minha formação, obrigada pelo ensinamento e exemplo ao longo desta Especialização.

Ao meu companheiro de caminhada João Batista de Jesus Félix, eterno amigo, meu marido, meu amor.

Aos grandes amigos conquistados na especialização, em especial o Adriano, Fabíola, Mércia, Thalita, Zanadreya e Zilma.

LISTA DE GRÁFICOS

QUADRO I: População de Tocantinópolis entre pretos, pardos e brancos – 2010	24
GRÁFICO I: Renda per capita por família/Programa Bolsa Família – 2017	25
GRÁFICO II: Cenário de Exclusão Escolar – Criança Fora da Escola – Brasil 2015	26

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

CADUNICO – Cadastro Único

CONAE – Conferência Nacional de Educação

ENAD – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei das Diretrizes Básicas

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

O presente artigo discute sobre Desafios e Perspectivas Políticas Públicas para Educação Infantil na cidade de Tocantinópolis – TO e o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais e que tem como objetivo analisar quais políticas e programas educacionais implementados no referido município estão direcionadas ao acesso e a permanência das crianças de 0 a 6 anos de idade tendo em vista a diminuição da desigualdade social e racial. Optamos por uma abordagem de natureza qualitativa com pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam que existem uma atenção a avanço nas políticas da educação implementada na Rede Pública de Ensino do município em questão, dentre elas políticas de inclusão de pessoas com deficiência, equipe multidisciplinares e formação continuada para equipe escolar, o município também tem implementado diversos programas no governo federal, dentre eles o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas e o Programa Criança Feliz, tem criado ampliado a educação infantil nas aldeias, como é o caso da aldeia São José e Mariazinha. Porém, em geral políticas de natureza assistencialista e não com foco na educação infantil. Constatamos que não há nenhuma política pública relacionada a questão racial mesmo que a maioria da população de Tocantinópolis são negros e pardos. Além disso observa-se que no Plano Municipal de Educação por exemplo não aparece se quer a palavras negra e pobre, sobretudo da Mata 1.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Desigualdade Social e Racial. Políticas Públicas Educacionais. Tocantinópolis.

ABSTRACT

The present article discusses about Challenges and Perspectives Public Policies for Early Childhood Education in the city of Tocantinópolis - TO and the confrontation of social and racial inequalities and which aims to analyze which educational policies and programs implemented in that municipality are directed to the access and permanence of children. children from 0 to 6 years of age, with a view to reducing social and racial inequality. We opted for a qualitative approach with bibliographic and documentary research. The results indicate that there is attention to progress in education policies implemented in the Public Education Network of the municipality in question, among them policies for the inclusion of people with disabilities, multidisciplinary team and continuing education for school staff, the municipality has also implemented several programs in the federal government, among them the Health and Prevention in Schools Project and the Happy Child Program, has created and expanded early childhood education in the villages, as is the case of the São José and Mariazinha villages. However, in general, policies of a welfare nature and not focused on early childhood education. We found that there is no public policy related to racial issues even though most of the population in Tocantinópolis is black and brown. In addition, it is observed that in the Municipal Education Plan, for example, the words black and poor do not appear, especially in Mata 1.

Keywords: Early Childhood Education. Social and racial inequality. Public Educational Policies. Tocantinópolis.

Sumário

INTRODUÇÃO	16
A POBREZA NO BRASIL TEM COR: desigualdade social e racial, educação infantil	17
A EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DESIGUALDADE SOCIAL, RACIAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL.	21
O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS: uma reflexão inicial	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

Por um lado, a educação cada vez mais tem sido colocada com um dos meios mais importantes para superar as desigualdades sociais e econômicas, pois por meio do conhecimento técnico e intelectual um indivíduo poderia aumentar sua renda e sair da linha da exclusão. Por outro, relatórios do IBGE, da OXFON BRASIL, BM dentre outros, tem mostrado que na prática o que se observa no Brasil, sobretudo a partir de 2016 é o aumento da pobreza e da extrema pobreza. Fato que tem atingido sobretudo as pessoas do norte e nordeste do país, as mulheres, as pessoas não brancas e dentre esses as crianças.

Nesse contexto, inserimos a problemática deste estudo, a saber: quais os desafios e perspectivas que as políticas públicas educacionais tem para educação infantil e seu público de creche e pré-escolar na cidade de Tocantinópolis – TO, tem em vista a melhoria do acesso e a permanência das crianças de 0 a 6 anos de idade tendo e o enfretamento da desigualdade social e racial. Visto que os indicadores nos mostram que o Norte do país é a região que mais sofre com a exclusão das crianças e dos adolescentes nas escolas.

Desse modo o presente artigo discutiremos sobre desafios e perspectivas das Políticas Públicas para Educação Infantil na cidade de Tocantinópolis – TO e que tem como objetivo analisar quais políticas e programas educacionais implementados no referido município estão direcionadas ao acesso e a permanência das crianças de 0 a 6 anos de idade tendo em vista a diminuição da desigualdade social e racial. Aspectos que procuramos fazer por meio a análise de políticas e programas implementados para melhoria da educação das crianças pequenas e da diminuição da desigualdade social.

O tema justifica-se pelo fato da necessidade de verificar no caso no município em tela quais os desafios e perspectivas das políticas públicas para Educação Infantil para garantia do direito a educação e para diminuição da desigualdade social e pobreza entre as crianças brancas e as negras nessa etapa da educação. Principalmente, quando constamos que de acordo com relatório da Unicef (2021) a exclusão escolar é maior entre a população negra e indígena, principalmente na região Norte do país. Segundo o referido documento,

A exclusão escolar afetava principalmente quem já vivia em situação mais vulnerável. A maioria fora da escola era composta por pretas(os), pardas(o) e indígenas. Proporcionalmente, a exclusão afetava mais as regiões Norte e Centro-Oeste. E, de cada 10 crianças e adolescentes fora da escola, 6 viviam em famílias com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo. A desigualdade social presente em nossa sociedade se reproduzia ao olhar para a exclusão escolar. (2017, p. 06).

Para tanto, optamos por uma abordagem de natureza qualitativa com pesquisa bibliográfica e documental. Assim, fizemos um breve estudo na literatura que nos permitisse complemento melhor a complexidade do tema, como também uma busca em documentos legais que apontasse políticas e programas educacionais implementados no município de Tocantinópolis – TO e como tratavam a questão do acesso e a permanência das crianças de 0 a 6 anos de idade tendo em vista a diminuição da desigualdade social e racial.

Este trabalho possui três capítulos. Os dois primeiros capítulos têm uma parte é mais teórica e trata sobre a desigualdade social e racial, educação infantil. No terceiro capítulo, tem o resultado do cenário de exclusão na cidade de Tocantinópolis, através de dados levantados e analisados para melhor compreensão do objeto em estudo.

Neste sentido, espera-se que este artigo possa contribuir com outras pesquisas futuras sobre as políticas públicas voltada para educação Infantil, com um olhar para a exclusão e a desigualdade social e racial. Mesmo o IBGE apresentando estatisticamente que no município a sua grande população é de não branco

2. A POBREZA NO BRASIL TEM COR: desigualdade social e racial, educação infantil

Os livros de história nos trazem que a princesa Isabel foi a salvadora dos negros e, de uma hora para outra, resolveu acabar com a escravidão no Brasil. Sabemos que tudo isso ocorreu como estratégia política, por que, na ocasião os países já tinham libertados seus escravos não queriam fazer transação comercial com países que ainda possuíam escravos. Por isso, no dia 13 de maio de 1888 a princesa assina a Lei Aurea e a partir desse dia todos os negros ficariam livres, mas há nutos já indagamos sobre que liberdade foi essa. Na verdade, a Princesa Isabel estava pensando no interesse político e econômicos posto no século XIX.

O Brasil, estava em com sistema econômico em crise e a Lei Aurea foi seguida por estratégias de políticas pública que aparecem os escravos libertos. Não tinha trabalho, educação e nenhum sistema de proteção social o que resultou no aumento da pobreza e da desigualdade, como afirma Maringoni¹ (2011, pag.34), “campanha abolicionista, mobilizou mitos setores da sociedade brasileira após do “o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os integrassem socialmente “. Processo que escancarou

¹ https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23 (O destino dos negros após a Abolição)

o racismo no país como forma de discriminação, pois sem ter para onde ir, sem moradia, sem dinheiro, esses negros “agora libertos”, ficam desamparados.

Assim, a história do negro no Brasil o apresenta como um ser sem direito a um salário, que vivia em alojamentos coletivos e com comida de péssima qualidade, a maior concentração da população escravizada estava na zona rural, para trabalhar em atividades pesadas na agropecuária e na agricultura, tal realidade contribuiu para o quadro das desigualdades raciais.

[...] como produto de uma história de mais de três séculos de escravidão, à época da abolição a grande maioria da população afro-brasileira permanecia fora da região onde uma sociedade urbana e industrial estava em formação. As políticas públicas voltadas à promoção da imigração vieram a acentuar esse quadro de desigualdades regionais. (THEODORO, 2008, p.39).

Além dos escravos adultos, entre homens e mulheres, haviam as crianças, que eram em média 4% desta população, apenas 1/3 sobreviviam até os 10 anos de idades. A partir dos 4 anos, muitas delas já trabalhava com os pais ou sozinhas, pois se perder de seus pais era comum. Aos 12 anos o valor de mercado das crianças já tinha dobrado. A autora Mary Del Priori (2013), destaca que neste período o adestramento de uma criança já estava concluído e nas listas dos inventários já aparecem com sua designação estabelecida e transformadas em pequenas e precoces máquinas de trabalho.

Mesmo com a abolição da escravidão as crianças e os adolescentes, moradores de antigas senzalas, continuaram a trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar de Pernambuco. Tinham a mesma idade de seus avós quando esses começaram: entre 7 e 14 anos e até hoje ainda cortam cana, continuam despossuídas das condições básicas de alimentação, de moradia, de saúde, de educação e sem garantias trabalhistas. Como no passado, o trabalho doméstico entre as meninas negras também é constante. Como se não bastasse a ação de fatores econômicos a interferir na situação da criança, a ausência de uma política do Estado voltada para a formação escolar da criança pobre e desvalida só acentuou sua situação de miséria. Ora, ao longo de todo esse período, a República seguiu empurrando a criança negra e pobre para fora da escola, na direção do trabalho na lavoura.

Já os europeus eram empregados como mão de obra assalariada e no sistema de parceria. Essa parceria seria ganhar a terra, acomodações para família e dinheiro para iniciar sua produção na lavoura e este europeu trabalhava até saldar suas dívidas e participava nos lucros obtidos na plantação. Tudo isso estava na política de promoção da imigração como uma ideologia do branqueamento da população brasileira. Para tanto foram criadas leis, decretos, que incentivavam recursos para que o governo financiasse a imigração, beneficiavam os

trabalhadores europeus e suas famílias e fazendeiros que quisessem instalar imigrantes europeus em suas terras.

Theodoro (2008, p.40), destaca como “o deslocamento feito pelos imigrantes afetou não apenas os quase 300.000 escravos libertados entre 1887 e maio de 1888, mas também o grupo de mulatos e negros livres que na época se aproximava de 1.500.000 no Sudeste do país”. O que se evidencia neste período da abolição no país é que a burguesia urbana e a oligarquia rural eram defensoras de um progresso e um novo tipo de desenvolvimento que primasse pela modernização do país, tanto nos aspectos políticos, quanto econômicos e sociais, tal como estava posto nos países ricos ancorados na ideologia liberal. É importante lembrar que segundo Jaccoud (2008, p. 49 e 50) esse processo de branqueamento onde os negros “foram substituídos devido à ideologia do branqueamento, que valorizava a miscigenação, o mulato representava a disseminação deste ideal como projeto social”, vigorou no Brasil até os anos 30 do século XX. Nesse processo e contexto, podemos concluir que aí começa a pobreza estrutural da população negra e se imprimi na estrutura da população a ideia de essa população é desprovida de sorte pois, depois da abolição faltou políticas públicas que pudessem inseri-los na sociedade com os mesmos direitos da população branca Além disso, chegada dos europeus o mercado de trabalho brasileiro não aproveitou os ex-escravos e nem a população negra livre, porque a mão-de-obra negra na nova dinâmica da economia, na opinião de seus responsáveis, não tinha qualificação. Nesse se configurar um projeto de defesa de que no Brasil não existia discriminação e nem preconceitos entres as raças e que existira uma unidade do povo brasileiro, cuja convivência se dar harmoniosa, entre branco, negro e indígena. Mas conforme Maringoni (2011), os negros seriam os indesejados esses novos tempos, pois os ex-escravos, além de serem discriminados pela cor, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República.

Percebemos, atualmente que, que nada mudou e que continua permitindo um quadro social que favorece uma população de elite e branca, ou, pelo menos, de pessoas que se identificam desta maneira. Além disso, a população negra no país continua a ter que conviver com discriminação racial, social, política e econômica, vistos como indesejáveis mesmo nos novos tempos do século XXI. Assim, podemos afirmação que a pobreza no Brasil tem cor, essas cores são negras e pardos, porque elas nos remetem à escravidão e porque nos remete as condições objetivas de sobrevivência dessa população, especialmente quando nos referimos à renda, pois sem renda não há a possibilidade de manter condições básica de sobrevivência. Como afirmar Pinzani e Rego (2014, p.20) “[...] nossa pobreza, de modo geral, tem cor e é a

mulata, a negra; e isso remete imediatamente à experiência da escravidão, instituição fundamental para a acumulação econômica no Brasil por trezentos anos”.

Esse fenômeno se acentua até aqui delineado aos dias atuais, em pleno século XXI, mais precisamente no ano de 2021, com a crise sanitária causada pela Covid-19, existe no Brasil cerca de 17,5 milhões de pessoas em condição de “extrema pobreza”, ou seja, com uma renda familiar mensal abaixo dos R\$ 105,00 por pessoa. Sabemos que este número tem cor. Estes números são significativos quando nos deparamos que no ano de 2013, após o início do plano “Brasil Sem Miséria”, destaca desses 16 milhões de brasileiros, 71% era pretos ou pardos e que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, fruto e reflexo histórico de um país escravista, como revela a matéria sobre o racismo em número, da revista Carta Capital, no ano de 2014, escrita por Miguel Martins:

No início do Brasil Sem Miséria, em 2011, criado para alcançar a parcela da população apta a receber benefícios, mas ainda não registrada no Cadastro Único, o ministério almejava incluir cerca de 16 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza. Segundo o IBGE, 71% eram pretos ou pardos à época. Natural, portanto, a pesquisa de 2013 revelar que os maiores beneficiados pelas políticas de transferência de renda têm a pele escura. De acordo com os dados divulgados por Tereza Campello, 73% dos cadastrados no Bolsa Família são pretos ou pardos autodeclarados. Em relação a outros benefícios, a proporção é ainda maior. (MARTINS, 2014)

De acordo Santos e Freire (2021) dados do Relatório da Oxfam - Brasil (2018) revelaram que havia em 2016, cerca de 13,3 milhões de pobres, no Brasil, 6,5% da população. Em 2017, esse dado passou para 15 milhões de pobres, ou seja, 7,2% da população. Dados desse relatório, apontaram que nos últimos anos, “houve aumento da população em condição de pobreza, do nível de desigualdade de renda do trabalho e dos índices de mortalidade infantil”. Esses atores alertam que “as mulheres e a população negra tiveram pior desempenho de renda do que homens e a população branca, respectivamente”. Dados também “confirmados pelo IBGE (2018)”, que constatou que “1) metade da população do Norte e do Nordeste vive com até meio salário mínimo; 2) pretos ou pardos continuam a predominar entre os mais pobres; 3) a moradia inadequada afeta 27 milhões de pessoas no país;” dentre outros aspectos críticos (SANTOS, FREIRE, 2021, p.25-26).

De acordo Santos e Freire (2021)

Outro dado alarmante, entre todos os grupos etários, refere-se ao fato de que o percentual de pobreza por contingente populacional tem maior concentração nas crianças e jovens. Os dados do IBGE revelam que, em 2017, 12,5% da população brasileira de 0 a 14 anos vivia na extrema pobreza, o que representava 5,2 milhões de crianças, e 43,4% dessa mesma população vivia na pobreza. Tal situação afeta principalmente as regiões Norte e Nordeste, as mulheres e negros, e as principais vítimas desse processo são as crianças,

adolescentes e os jovens, quase em sua totalidade em idade escolar, que frequentam as escolas públicas. Espaço democrático povoado, predominantemente, de sujeitos em condições de vulnerabilidade.

Neste sentido, inserimos a educação destinada as crianças pequenas e o papel da educação como direito. Além disso, a educação infantil vinculando ao sistema de ensino a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, como a primeira etapa da educação básica, se constitui, também um direito fundamental e uma política social tem um papel importante para as crianças pobres, não brancas e que precisam de proteção, desenvolvimento e aprendizagem. Por isso, nos colocamos com esse segmento e suas políticas tem sido implementadas no país e particularmente no município de Tocantinópolis, como também até que ponto as crianças negras e pobres e são pensadas nesses contextos.

3. A EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DESIGUALDADE SOCIAL, RACIAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL.

A educação no Brasil teve início com a chegada dos jesuítas querendo catequizar os índios e propagar a fé cristã. Eles foram os primeiros professores, fundando escolas primárias, mas a prioridade eram as escolas secundárias.

No período colonial os negros não tinham direito à educação, as mulheres também eram excluídas e os homens brancos iam estudar na Europa. Os mestiços ainda conseguiam estudar, porque as escolas públicas recebiam subsídios para manter os colégios de Jesuítas. Na Constituição de 1824, que assegurou que todos os cidadãos deveriam ter instrução primária e gratuita, no seu artigo 179, inciso XXXII, não incluiu os escravos.

Do Brasil Colônia ao Brasil República o setor educacional passou por várias reformas. Adentrando no século XX, em 1932, foi divulgado o “manifesto dos Pioneiros”, considerado um documento histórico, por trazer alguns pontos centrais e redefinido o papel do estado em matérias educacionais. Depois o marco histórico da educação, que foi a Constituição Federal de 1988, em que seu dispositivo transitório dava prazo de 10 anos para universalização do ensino e a erradicação do alfabetismo e em 1996, foi promulgada a Lei das Diretrizes Básica – LDB, nº 9.394/1996, Conselho Nacional de Educação - foi instituído pela Lei 9.131/1995, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e sua regulamentação está na Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e no Decreto nº

2.264, de junho de 1997 e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, pela Emenda Constitucional 14/1996.

No Brasil, até a década de 1980, a educação infantil era voltada para o assistencialismo, lugar para os pais deixarem as suas crianças para poderem trabalhar. Com as reformas educacionais que vieram pós Constituição Federal de 1988, legislativamente a educação infantil passou a ser considerada como um direito da criança, um dever do Município em oferecer tal educação e opção da família, constituindo-se na primeira etapa da educação básica. A creche sofreu inúmeras transformações ao longo dos anos, chegando hoje a uma definição legal que pretende pôr fim às discussões sobre seu principal papel que objetiva: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (Art. 29 da Lei nº 9394/96). Além disso, o artigo 18 da mesma Lei prevê a incorporação da Educação Infantil aos sistemas municipais de ensino e desta forma as creches passam a assumir práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

Por outro lado, tem-se a preocupação de ponderarmos educação infantil enquanto política e prática de educação para a superação da desigualdade racial, ainda que haja muito a se fazer, pois entre o legal e o real há muita diferença, como explica Rosemberg (2012, p.19)

Esse descompasso entre “o Brasil legal e o Brasil real” poderia ser explicado pelo fato de o país ser pobre. Mas, conforme economistas, o Brasil não é um país pobre, mas um país com intensa desigualdade econômica e social, com grande número de pobres.

Esta autora ainda chama atenção para o fato de:

A riqueza material e simbólica produzida pelos brasileiros é, então, desigualmente distribuída entre os diferentes segmentos sociais: o percentual de pobres é mais intenso nas regiões Norte e Nordeste, em zona rural, entre pessoas que se declaram pretas, pardas ou indígenas e entre crianças. Assim, apesar de a população de crianças de 0 a 6 anos de idade diminuir em decorrência da queda de natalidade e do aumento da esperança de vida na população, seus indicadores sociais ainda são insatisfatórios. (ROSERMBERG, 2012, p. 20).

De acordo com a citação da autora acima, isso se dá pela má distribuição da renda no País, quem é rico fica mais rico e quem é pobre, mais pobres. Se não conseguirmos um pouco de equiparação na distribuição de renda entre o rico e o pobre, não reduziremos essa desigualdade econômica. Outra causa é pela falta de investimento sociais e econômico, o pouco acesso à terra pelos pobres (sem terras), a defasagem social e a exclusão dos negros (passados

mais de cem anos desde a libertação dos escravos, as diferenças salariais e de educação entre brancos e negros ainda são desfavoráveis aos negros), mesmo com algumas políticas públicas.

A desigualdade na educação, que acarreta, como consequência, na pobreza e na miséria, que resulta em mais de 60% da população adulta não ter a educação fundamental completa. Além disso, há a baixa qualidade do ensino. Com baixa escolaridade a população pobre não consegue ascender profissionalmente, nem melhorar seu padrão de vida. Os filhos dos pobres também abandonam a escola e isso perpetua o ciclo vicioso de pobreza e de miséria.

No entanto, não basta escolaridade, o país também precisa crescer economicamente, abrir oportunidades a todos e cuidar da infância com mais políticas públicas que atendam à infância, com projetos de saúde, de educação. Criar oportunidade de trabalho e geração de renda para as famílias que vivem na linha de extrema pobreza.

4. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS: UMA REFLEXÃO INICIAL

A escolha da cidade de Tocantinópolis deve-se por várias razões. Trata-se de cidade de Tocantinópolis situa-se no extremo norte do estado do Tocantins, na região denominada de Bico do Papagaio² e deve ser compreendida não apenas pelo espaço geográfico entre o baixo Araguaia e o Rio Tocantins, mas também como pertencente a denominada como região tocantina por pertencer a uma vasta região que envolve o “norte do Tocantins, o sul do Pará e Oeste do Maranhão” (FERRAZ, 1998, p.111). Caracteriza-se por ter uma forte carência em diversos aspectos, dentre eles temos falta de espaços de lazer e cultura, elementos essenciais na formação humana. Porém, há de se considerar, no que se refere à cultura, de acordo com Sousa³ 2007 *apud* (LOCATELLI, 2008, p.32).

Conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010, a cidade uma tem uma população que predomina a cor preta e parda, do que a cor branca e uma proporção de 30,2% de pessoas de 04 anos a 14 anos de idade.

Quadro I: População de Tocantinópolis entre Pretos, Pardos e Brancos - 2010

²Bico do papagaio é o nome popular da região geográfica localizada no extremo norte do estado do Tocantins. “Contorna-o, ao norte, a confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Ali se forma uma figura que, vista nos mapas, se assemelha a de um bico de papagaio [...]. Está situada entre os paralelos 5 e 7 de latitude sul. Faz parte da área pré-amazônica e da circunscrição administrativa da Amazônia Legal” (ALDIGUIERI, 1991, p. 31).

³ SOUSA, Carlos Antônio de Oliveira. Repensando o turismo em Tocantinópolis: críticas e possíveis viabilidades. Goiânia: Kelps, 2007.

Dados	Homens	Mulheres
População ocupada entre negros com 16 anos ou mais de idade	3.695	2.467
População ocupada entre brancos com 16 anos ou mais de idade	1.003	793
Total de população ocupada	4. 698	3.260

Fonte: IBGE/2010

Estes dados populacionais demonstram que o número de negros que trabalham é muito maior que de brancos na faixa etária de 16 anos ou mais idade, podemos inferir que a população negra se divide entre o trabalho e o estudo e os brancos, em sua minoria, ou trabalham e ou estudam. O que revela o grau de desigualdade de oportunidades para os jovens negros.

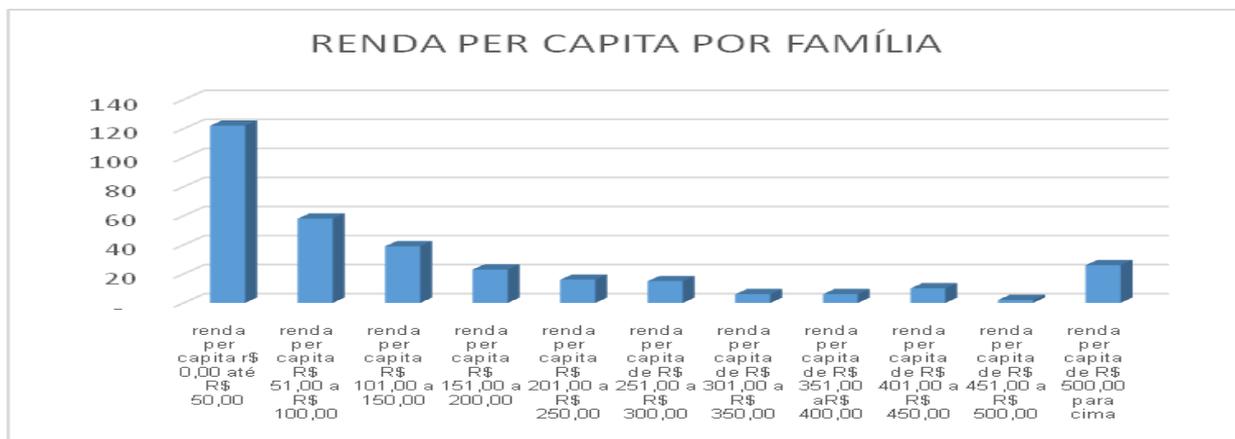
Com relação às condições das famílias que residem na cidade de Tocantinópolis temos uma população de duas mil e trezentos e cinquenta e uma (2.351) famílias, que são muito paupérrimas, que vive com rendimento familiar per capita de até ½ salários por mês e quatrocentos e quarenta e oito (448) famílias, que vivem com renda per capita de mais de 2 salários-mínimos por mês segundo o IBGE, Censo de 2010.

Conforme os dados do Censo de 2010, outro dado importante é que Tocantinópolis tem duas mil, novecentos e oitenta e sete (2.987) famílias de casal com filhos e novecentos e cinquenta (950) famílias de casal sem filhos: A Microrregião do Bico do Papagaio, é uma região de extrema pobreza, com grandes desigualdades sociais e econômicas, e que, para completar, foi palco de enormes conflitos agrários nas décadas de 1970 e 1980. No último censo (IBGE, 2010) mostram que o Brasil tem 16,2 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, o equivalente a 8,5% da população. No Tocantins, esse percentual chega a 11,8% da sua população vivendo em extrema pobreza, são cerca de 163 mil de um total de 1.383,4 mil habitantes. Já cordão com uma matéria de jornal, durante a pandemia com a liberação do auxílio emergencial, o reajuste do auxílio brasil, a população de extrema pobreza e pobreza teve uma redução nos números:

De acordo com matéria publicada no Jornal Conexão em 04/12/2021, sobre uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5,8% da população tocaninense vivia em extrema pobreza no ano de 2020, ou seja, com menos de R\$ 155,00 reais por mês e 30,2% da população vivia em situação de pobreza, com menos de R\$ 450,00 por mês. Pesquisadora destaca, que o auxílio emergencial de R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família, sem este auxílio a porcentagem poderia ser maior". (<https://conexaoto.com.br/2021/12/04/ibge-aponta-30-2-da-populacao-tocantinense-em-situacao-de-pobreza-e-5-8-na-extrema-pobreza>).

Tocantinópolis tem dois mil, oitocentos e setenta e dois (2.872) que recebem o benefício do auxílio Brasil e duas mil, setecentos e noventa e três (2.973) famílias que têm acompanhamento da frequência escolar, percebemos que existe uma inserção dessas famílias em programas de transferência de renda, o que não existe é a mesma proporcionalidade de famílias beneficiárias de programas sociais inseridas em serviços que as acompanham. As crianças que frequentam as creches e a pré-escolar do nosso município são acompanhadas pela frequência escolar, como citado acima, na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, as crianças não são obrigadas a se matricular em uma unidade escolar e ir para creches, já crianças de 4 e 5 anos de idade, são obrigadas a serem matriculadas e precisam da frequência escolar para que sua família não seja desvinculada do Programa Bolsa Família.

Gráfico I: Renda per capita por família /Programa Bolsa Família – Tocantinópolis - 2017



Fonte: Sistema do Programa Bolsa Família/2017

Percebemos que as rendas desses pais variam de R\$ 0,00 a R\$ 500,00 mensal e que a maioria das famílias se enquadra na faixa de R\$ 0,00 a R\$ 50,00, sendo assim, quem tem seus filhos na creche ou na pré-escola é quem mais precisa. Sabe-se que tem um número razoável de família que tem uma renda per capita acima de R\$ 500,00, isso não significa que estas famílias estejam tirando vaga de uma que precise mais, por não ter condições, mas que é preciso aumentar a cobertura de atendimento das crianças nesta faixa etária, ao invés de se estar dando o “jeitinho” que não condizem com políticas sérias e que são preocupantes no cenário da oferta da educação infantil, tal como aponta Rosenberg (2012, p. 12)

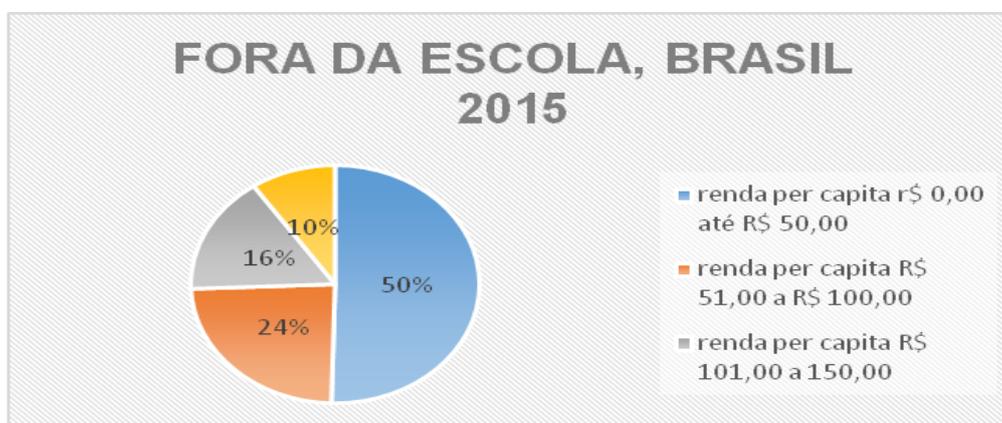
[...] analisando os rumos que vem tomando a educação infantil brasileira nas últimas décadas, constato a manutenção de certa cisão entre as trajetórias da creche (para crianças de até 3 anos) e as da pré-escola (para crianças maiores), a despeito de sua integração legal. Para a pré-escola, percebo o fortalecimento crescente de sua institucionalização e formalização, aproximando-a da institucionalização e formalização do ensino fundamental. Isto é: a pré-escola

vem perdendo o prefixo pré, deixando de ser educação infantil e entrando em formato próximo ao do ensino fundamental. Quando volto meu olhar para a creche e as crianças pequenas de 0 a 3 anos, minha percepção não é a mesma. Noto relutância de se lhes dar visibilidade, de se integrar a creche ao sistema educacional, de tirá-la da informalidade, de se investir em sua universalização (que não significa obrigatoriedade). Outra questão que vem me preocupando, além da cisão da faixa etária de 0 a 6 anos, refere-se à permanência e à valorização periódica de políticas familiaristas para bebês (por exemplo, creches domiciliares e programas de educação de mães), visando a substituição (e não complementação) da ampliação da rede de creches, o que, a meu ver, tem impacto negativo, sobretudo entre crianças de 0 a 3 anos negras e pobres⁴. Evoco como testemunho um dado: em 2008, a taxa de frequência à creche para crianças de 0 a 3 anos era 18,1 % e de frequência à escola entre crianças de 4 a 6 anos 79,8 % [...].

Quanto à Emenda Constitucional nº 59, de ampliação da educação obrigatória, que deveria ter sido implementada até 2016, a pesquisa do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENAD, mostra que em 2015, 15,7% das crianças de 4 anos de idade e 5 anos de idade ainda estavam fora da escola. Ainda tratando da pesquisa, que aponta que uma das dificuldades seria a oferta de vagas em locais próximas da residência a família, a zona rural ainda é um grande desafio, cerca de quatro, em cada dez crianças do campo, não frequentam a pré-escola. (Relatório da UNICEF – Cenário da exclusão escolar no Brasil, 2017)

O Relatório da UNICEF, sobre o cenário da exclusão escolar no Brasil (2017), demonstra que mais de 2,8 milhões de crianças e adolescentes estão excluídos do espaço escolar em todo o país, mais a constatação de que as maiores exclusões estão nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (, tais como Tocantinópolis, que está localizada na região Norte. Veremos mais adiante na pesquisa a exclusão das crianças com idade de educação infantil.

Gráfico II: Cenário de Exclusão Escolar - Crianças Fora da Escola – Brasil 2015



FONTE: RELATÓRIO UNICEF, 2017

Com base nos dados apresentados acima o maior número de crianças fora da escola se concentra nas famílias que têm a renda per capita de R \$0,00 até R \$ 50,00, estes se encontram na pobreza extrema. Ao fazermos uma relação com o Plano Municipal de Educação da cidade de Tocantinópolis, na sua meta 1B, o município tem que oferecer 50% das matrículas para crianças de 0 a 3 anos de idade, hoje oferecemos somente 25% da demanda que tem para esse público.

Na meta 1A, o município teria que ter ampliado para universalização até 2016, só que conseguiu atender somente 57% das crianças de 4 e 5 anos. Os dados apresentados foram dos anos de 2017, com monitoramento das metas. Pesquisando hoje o número da população de Tocantinópolis, o IBGE apresenta uma estimativa em 2021 que a população com faixa etária de 0 a 4 anos de idade: 1.102 homens e 1.073 mulheres e para faixa etária de 5 a 9 anos de idade: 1.109 homens e 1.085 mulheres. E temos apenas 1.095 crianças matriculadas na Educação Infantil, sendo 419 crianças de creche, 120 crianças indígenas de maternal II e pré-escolar e 556 crianças de pré-escolar. Percebemos com esses números, que ainda temos crianças muitas crianças fora da escolar, não só em Tocantinópolis e sim Brasil. De acordo com Santos (2020):

O país precisa avançar, tanto em termos da ampliação do acesso, pois ainda existe quase 2 milhões de crianças fora das escolas, sobretudo, as de 0 a 3 anos, quanto em termos da melhoria da qualidade e equidade no atendimento. Em infraestrutura e instalações sanitárias, elétricas bibliotecas e parques infantis. (p.3)

De acordo com a pesquisa da UNICEF, é maior a exclusão escolar entre crianças dessa faixa etária, que teriam que ser matriculadas na educação infantil, etapa considerada desigual no que se refere ao acesso à educação tanto no que se diz respeito à questão socioeconômica quanto à raça, localidade de moradia, dentre outros. Sabemos que a educação vai além do ambiente escolar, ela abrange tudo o que se aprende socialmente: na família, na vizinhança, nos centros religiosos, na rua, entre outros. Porém, a educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas, que visam direitos e garantias para a sociedade. Assim, sendo uma política pública envolve ação coletiva que visa a garantia de direitos, com necessidade de serem planejadas para atingir a finalidade, que é o acesso com aprendizagem de todos os alunos. Deste modo, as tomadas de decisões terão que ter objetivos e metas para se atingir a efetividade das ações.

Na cidade de Tocantinópolis existem alguns programas do governo federal que são desenvolvidos para promover a educação, cujo foco é incentivar o ensino de qualidade e oportunidades para todos. Às vezes, o objetivo não é alcançado, mas é primordial continuar buscando a melhoria da qualidade da nossa educação, como temos uma população, que na sua grande maioria são negros e pobres, ela deve ser a maior beneficiada. Neste sentido,

apresentamos alguns dos programas e projetos desenvolvidos na cidade Tocantinópolis, que não estão ligados diretamente com Políticas Pública voltada para Educação:

- **O Programa Bolsa Família** é um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de R\$ 105,01 e R\$ 210,00 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos, à saúde, à alimentação, à educação e assistência social. O novo programa foi criado através de Lei nº 14.284, de 29/12/2021, o Auxílio Brasil integra em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social. Através do novo programa o governo federal concede mensalmente benefícios de R\$600,00 em dinheiro para famílias mais necessitadas. O novo projeto envolve modalidades de benefícios diferentes, que contribuem para o desenvolvimento educacional e social de cada membro, incentivando a independência financeira das famílias inscritas. (www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil)

- **Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE**, tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, de promoção e atenção à saúde. (www.aps.saude.gov.br/ape/pse)

- **O Programa Criança Feliz** é o que promove um aumento do acompanhamento para famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, que possuem bebês ou crianças de até 3 anos de idade, através de assistentes sociais que darão orientações de como criar as crianças em melhores condições, promovendo um desenvolvimento mais saudável da sociedade. Esse programa busca o acompanhamento das famílias mais de perto através da contratação de mais assistentes sociais. Assim, além de aumentar a fiscalização do programa e combater fraudes do bolsa família, será possível acompanhar e orientar melhor as famílias para que possam ter um desenvolvimento humano melhor e mais acelerado. (www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz)

Esses programas e projetos procuram dar subsídios para que as famílias que estão na pobreza e extrema pobreza possam conseguir se manter e ter condições mínimas para sobreviver e suprir as necessidades da família.

Podemos dizer ainda que o Auxílio Brasil, oba outros programas como: Auxilio primeira Infância, Auxilio Composição Familiar e Auxilio Superação da Extrema Pobreza. Para ser beneficiado por ele é necessário estar cadastrado no Cadastro Único (CadÚnico) e manter o

cadastro atualizado. Através do sistema CadÚnico, o governo federal tem como mapear as necessidades dos beneficiários e poder oferecer outros programas dos quais as famílias necessitam, além de poder promover melhorias e mudanças nas políticas dos programas, para melhorar suas condições de vida e um outro critério para as famílias que tenham crianças em idade escolar é monitorar a frequência escolar de pelo menos 85% das crianças até 15 anos, além de garantir que elas estejam com o calendário de vacinação em dia, tudo isso para não ter o Auxílio Brasil bloqueado.

Porém, há de se considerar que embora a política educacional advogue que a educação é um direito público e subjetivo para todos os cidadãos, isso compreendendo a oferta de todas as etapas e níveis de ensino, podemos considerar que, durante um longo período histórico de nosso país a educação infantil foi negligenciada pelo poder público, o que facilmente podemos perceber através dos dados apresentados até o momento nesta pesquisa, no que tange à fragilidade no atendimento e investimento para este nível de ensino, o que acabou por provocar um hiato no atendimento, principalmente para as crianças na faixa etária entre 0 e 3 anos, que apresentam o maior número de crianças fora da escola, conseqüentemente, são estas que estão descobertas do Auxílio Brasil.

Além do exposto, compreendemos que as políticas públicas de transferência de renda no país são importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza e extrema pobreza, garantir a sobrevivência humana e diminuição das desigualdades sociais e raciais em nossa sociedade. Mas por outro lado, fica evidente que Programas de Transferência de Renda como o Auxílio Brasil, acaba por mascarar e relativizar as verdadeiras causas da pobreza e desigualdade social e racial no país, que estão contidos nos conflitos estruturais e conjunturais profundos da realidade brasileira, que é a má distribuição de renda advinda do modelo econômico capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que existem uma atenção a avanço nas políticas da educação implementada na Rede Pública de Ensino do município em questão, dentre elas políticas de inclusão de pessoas com deficiência, equipe multidisciplinares e formação continuada para equipe escolar, o município também tem implementado diversos programas no governo federal, dentre eles o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas e o Programa Criança Feliz, tem criado ampliado a educação infantil nas aldeias, como é o caso da aldeia São José e Mariazinha. Porém, em geral políticas de natureza assistencialista e não com foco na educação infantil. Constatamos que não há nenhuma política pública relacionada a questão racial mesmo que a maioria da

poluição de Tocantinópolis são negros e pardos. Além disso observa-se que no Plano Municipal de Educação por exemplo não aparece se quer a palavras negra e pobre, sobretudo da Mata 1.

Quais os desafios e perspectivas que as políticas públicas educacionais tem para educação infantil e seu público de creche e pré-escolar na cidade de Tocantinópolis? Consideramos que as políticas educacionais e sociais implementadas na cidade de Tocantinópolis, mesmo não tendo hoje os objetivos e metas alcançadas para educação infantil, para tentar diminuir essa desigualdade social e racial entre as crianças o município está trabalhando mais para social, do que racial. Visto que, de acordo com os dados apresentados, o município não vê a necessidade de ter política racial e sim para social, porque quase a metade da população vive na pobreza ou extrema pobreza. Sendo que, a oferta da educação infantil, ainda é desigual tanto no aspecto socioeconômico quanto racial, pois apenas se conseguiu atender na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, apenas 25% da demanda e 57% das crianças de 4 e 5 anos, o que acaba mostrando qual é o reflexo da política pública brasileira para este público no ensino.

Por outro lado, temos como perspectivas as políticas que vem sendo desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura para superar tais dificuldades, como na desigualdade social, é aumentar o número de vagas no pré-escolar e na creche para atender mais alunos, pensa-se em atendimento, parcial e integral nas creches do município.

Hoje que temos de fato na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC são parcerias entre o Estado e a União, em regime de colaboração, é investimento na formação continuada dos professores para a melhoria na competência do educador e da escola na formação dos alunos. A construção de uma escola de tempo integral, a implementação do Diário Eletrônico e a participação de várias instituições como: União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, fórum de educação para discussões das ações a serem desenvolvidas no Conferência Nacional de Educação - CONAE, Plano Nacional de Educação - PNE, Selo Unicef etc.

Mesmo diante das pequenas conquistas, o desafio ainda é maior para o município de Tocantinópolis e no Brasil, pois a oferta da educação infantil para as crianças brasileira (negras, indígenas e brancas) são ainda frágeis, principalmente na idade entre 0 a 3 anos, sendo que atinge a maioria das crianças negras, da região Norte do país, por ser a população historicamente despossuída de bens materiais, como posto ao longo do artigo, e que, portanto, as políticas educacionais ainda provocam a desigualdade social, racial, regional e econômica.

Finaliza-se este artigo fazendo uma advertência da importância do tema e alertando para futuras investigações de que ainda são frágeis e há poucos estudos sobre a educação infantil no que tange a questão das relações raciais. Neste sentido, que procuramos refletir sobre alguns

elementos tão complexos e caros para os movimentos sociais que é falar sobre as condições de vida e da oferta da educação infantil para as crianças 0 a 6 anos, no contexto das políticas públicas, especialmente, para crianças negras, onde tais políticas e pesquisas acadêmicas são silenciadas.

6. REFERÊNCIAS

ALDIGUIERI, Mário. **Josimo: uma vida no conflito do Bico do Papagaio**. Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Instituto de Ciências Sociais e Letras. UFG, 1991

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil**. Ministério da Educação, Brasília DF, 2017. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.
 Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1824.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 05.08.2022.

BRASIL. **Lei no 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Unesco, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produto Interno Bruto dos municípios – 2011**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210405&idtema=125&search=maranhao%7Cestrito%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2011>.
 Acessado em: 08.08.2022

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. **Creche e pré-escola no Brasil**. 4. ed. – São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2006.

FREIRE, J. S. E; SANTOS, J. B. (Org.). **Educação, Pobreza e Desigualdade Social: quem são os alunos pobres nos planos de educação do Estado do Tocantins**. 1. ed. Palmas/TO: Editora Universitária - EdUFT, 2021. v. 1. p. 25-26.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em Busca de um Elo**. Ética Editora, Imperatriz, 1998.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2008.

LOCATELLI, Arinalda da Silva. **O Cotidiano dos (as) Professores (as) do Ensino**

Fundamental e a possibilidade da práxis educativas no processo de Formação Continuada. UFMA: São Luís, 2008 (Dissertação de Mestrado)

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição.** IPEA. 2011, ano 8. Ed. 70. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23. Acessado em: 08.08.2022

MARTINS, Miguel. **O racismo em números.** Carta Capital, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-em-numeros-por-miguel-martins/>. Acessado em: 04.08.2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adotada e aprovada em Assembleia Geral da ONU.** Dezembro, 1947.

REGO, Walquíria D.; PINZANI, Alessandro. **Pobreza e Cidadania.** Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais.** In: Maria Aparecida Silva Bento, organizadora. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educar-infantis-conceituais&Itemid=30192. Acessado em: 07.08.2022.

SANTOS, J.B. Expansão, qualidade e financiamento da educação infantil: avanços, retrocessos e desafios. IOSR Journal of Research & Method in Education (IOSR-JRME) e-ISSN: 2320–7388, p- ISSN: 2320-737x Volume 10, Issue 6 Ser. V (Nov. – Dec. 2020), PP 03-11. Disponível em: www.iosrjournals.org

SOARES, Eliane Pesente. **Políticas Públicas e Educação Infantil no Estado do Tocantins: história e concepções norteadoras.** Goiânia. UFG, 2005. 166 p.

THEODORO, Mário. Organizador. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília, Ipea, 2008.